

FERNANDA RIBEIRO DE SOUZA

O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DO
CAMPO JOSÉ DE ANCHIETA – EF

PATO BRANCO

2014

FERNANDA RIBEIRO DE SOUZA

O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DO
CAMPO JOSÉ DE ANCHIETA – EF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação do Campo, no Curso de Especialização em Educação do Campo - EaD, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fabio de Carvalho Messa.

PATO BRANCO

2014

O processo de reorganização do Projeto Político Pedagógico: Um estudo de caso na Escola Estadual do Campo José de Anchieta – EF.

Fernanda Ribeiro de Souza¹

RESUMO

Neste artigo, apresento um breve relato sobre o processo de reorganização do projeto político pedagógico de uma escola pública que oferta os anos finais do Ensino Fundamental e que tem buscado constituir uma identidade do campo, inicialmente por meio da mudança da nomenclatura da instituição, e posteriormente, por meio da reorganização da proposta pedagógica da escola. A pesquisa apresenta cunho qualitativo e foi realizada por meio de um estudo de caso. O campo de pesquisa foi delimitado na Escola Estadual do Campo José de Anchieta - Ensino Fundamental, que se localiza no campo e atende estudantes provenientes de comunidades camponesas no interior do município de São João – Paraná. Percebeu-se que o projeto político pedagógico da escola contempla bases teóricas e legais da educação do campo, no entanto, os professores ainda encontram dificuldades em adaptar suas disciplinas e metodologias às necessidades do contexto. Dentre os desafios encontrados para a efetivação de uma proposta pedagógica condizente com as necessidades do contexto estão: a alta rotatividade dos docentes, a necessidade de formação continuada, o fato de os professores serem em sua maioria, provenientes da área urbana e a ausência de mecanismos de participação efetiva da comunidade escolar na elaboração e desenvolvimento da proposta pedagógica. Dentre os avanços percebidos está principalmente o forte compromisso e engajamento por parte de alguns docentes da escola no desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplem a educação do campo.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Projeto Político Pedagógico.

Introdução

Nas últimas décadas, as organizações e movimentos sociais têm travado intensas discussões em torno de um projeto de educação que venha

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e acadêmica do curso de Especialização em Educação do Campo pela Universidade Federal do Paraná.

ao encontro dos anseios das classes populares, historicamente excluídas do processo de desenvolvimento social, econômico e educacional. A problemática em torno do campo apresenta destaque pela histórica ausência de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida, e acesso à cultura aos povos camponeses. De acordo com Arroyo (2006), temos, portanto, uma dívida social para com os povos do campo, na qual a educação assume importante papel.

Assim, a Educação do Campo é uma proposta recente e em construção, extremamente relacionada ao contexto histórico e social e as ações dos movimentos sociais e dos povos do campo, já que se configura como propostas de educação que surgem a partir de suas práticas e vivências, trata-se de uma educação popular feita pelos e para os sujeitos do e no campo.

Para Caldart,

Os sujeitos que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, não têm entrado como parâmetros na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório. A realidade destes sujeitos não costuma ser considerada quando se projeta um desenho de escola. Esta é a denúncia feita pela especificidade da Educação do Campo: o universal tem sido pouco universal. O que se quer, portanto, não é ficar na particularidade, fragmentar o debate e as lutas; ao contrário, a luta é para que o “universal seja mais universal”, seja de fato síntese de particularidades diversas, contraditórias (CALDART, 2008, p. 84).

Temos atualmente um grande movimento em torno da legalização das escolas públicas localizadas no meio rural como escolas do campo e, neste sentido, emerge uma problemática, pois, pensar em uma educação do campo exige rompimento com os processos educativos tradicionalmente cristalizados no cotidiano da escola, herança do modelo de escola elitista que permeou o sistema educacional brasileiro desde o seu princípio.

De acordo com Lima (2011) o campo foi historicamente negado enquanto espaço de produção cultural, econômica e política. As escolas do campo foram pensadas a partir do modelo implementado na cidade, sem considerar as especificidades do mundo rural. Desse modo, o autor aponta que a organização do projeto político pedagógico das escolas do campo tem se dado de forma vertical e fragmentada, sem a articulação com os saberes

sociais produzidos no contexto histórico, social, econômico e cultural que entrecruzam a escola.

Deste modo, neste artigo, apresento um breve relato sobre o processo de reorganização do projeto político pedagógico de uma escola pública que oferta os anos finais do Ensino Fundamental e que tem buscado constituir uma identidade do campo, inicialmente por meio da mudança de nomenclatura, e posteriormente, por meio da reorganização da proposta pedagógica da escola, bem como da ressignificação das práticas pedagógicas que se efetivam no contexto escolar.

Neste sentido, para o desenvolvimento do estudo, procurei investigar as orientações recebidas pela escola e o processo de reorganização da proposta pedagógica da instituição, buscando compreender as concepções teóricas que fundamentam o projeto político pedagógico assumido pela escola na experiência de educação no campo e quais os avanços e limitações identificados para a efetivação de uma educação que considere os sujeitos do campo, com ênfase numa perspectiva de reconhecimento do campo como local de vida e trabalho, na melhoria qualitativa do ensino, de modo a contribuir para a superação das desigualdades sociais e para a valorização dos saberes, cultura, trabalho e vivências do sujeito do campo.

A pesquisa apresentou cunho qualitativo, que, para Ludke & André (1986, p.18) “é aquela que se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” e foi realizada por meio de um estudo de caso, diante da necessidade de limitar a análise a um contexto específico a ser explorado. O campo de pesquisa foi delimitado na Escola Estadual do Campo José de Anchieta - Ensino Fundamental, visto que se localiza no campo e atende estudantes provenientes de comunidades campestres no interior do município de São João – Paraná.

Inicialmente fiz contato por meio de uma conversa informal com a diretora da instituição escolar, obtendo a autorização para a realização do estudo. Posteriormente, realizei uma análise documental do projeto político pedagógico, elemento fundamental de análise. Foram realizadas entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa: docentes, discentes, coordenadora, pais e alguns funcionários/as, bem como a diretora. Também foram realizados

momentos de observação no cotidiano escolar, com vistas a identificar o modo como as orientações presentes no projeto político pedagógico têm se efetivado na prática. O levantamento bibliográfico permeou todas as etapas da pesquisa, por meio do acesso a livros, artigos e textos impressos e em bancos de pesquisa virtuais relacionados à Educação e a Educação do Campo, de modo a fundamentar o estudo.

Educação do Campo: propostas em construção

Ao longo da história do Brasil o processo de exclusão social e também político, econômico e cultural, sempre estiveram presentes no desenvolvimento da sociedade, desde a colonização, desencadeando um processo de profundas disparidades sociais que se estendem até os dias atuais.

A educação no Brasil foi marcada por modelos importados, desconectados do contexto nacional, elitistas, excludentes e duais. Desde a época de colônia até o século XX, negou-se o acesso à educação para a população do campo. O rural foi considerado sinônimo de atraso, de modo pejorativo, espaço para as políticas de modernização do trabalho do campo e proliferação da produção latifundiária, para a exploração escrava e barata do trabalhador rural. Do mesmo modo, negou-se aos trabalhadores(as) rurais, mulheres, indígenas, negros(as) o direito a aprender a ler e escrever, pois, considerava-se que o letramento não era necessário para desenvolver o trabalho agrícola.

A partir da década de 30, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), a educação passa a constituir-se como tema de debate para a democratização e desenvolvimento do país, no entanto, ainda sem a efetivação de políticas públicas voltadas para a educação da população rural.

Na década de 50, o discurso de modernização e industrialização que permeou o cenário nacional contribuiu para supervalorização do urbano e para o esvaziamento do campo, atraindo mão-de-obra para atuar nas fábricas. Os filhos dos trabalhadores rurais passaram a buscar uma formação minimalista para atuar nas funções que o sistema produtivo passava a ofertar.

A despeito de tímidas iniciativas no final do século XIX, é somente a partir da década de 1930 e, mais sistematicamente, das décadas de 1950 e 1960 do século XX que o problema da educação rural é encarado mais seriamente — o que significa que paradoxalmente a educação rural no Brasil torna-se objeto do interesse do Estado justamente num momento em que todas as atenções e esperanças se voltam para o urbano e a ênfase recai sobre o desenvolvimento industrial (DAMASCENO e BESERRA 2004 p.75).

Com o golpe militar de 1964, novos limites são impostos aos segmentos populares, educacionais e sociais, por meio do forte controle e perseguição de líderes sociais, educadores, universidades, dentre outras.

Nos anos 1990, o contexto histórico e social produz condições para os movimentos sociais e sindicais que se articulam em ações pela implementação de políticas públicas para a população do campo e para a educação, considerada como condição necessária a universalização e emancipação do homem do campo, que assume importante destaque nas lutas destes movimentos.

Deste modo, a Educação do Campo tem sua gênese no seio dos movimentos sociais e está intimamente relacionada à luta das classes populares pelo acesso ao conhecimento e na transformação da sociedade desigual em que vivemos. Segundo Caldart,

Educação do Campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade (CALDART, 2008, p. 71).

Neste sentido, é no embate entre as relações e interesses contraditórios dos diversos grupos sociais que a escola pública e a educação podem também constituir-se como espaço de emancipação dos indivíduos e transformação social.

De acordo com Mézaros (2010), a transformação da sociedade requer também a transformação simultânea da educação, por meio da formação coletiva e consciente de uma contra hegemonia que altere o metabolismo social vigente. Para tanto, os sujeitos das classes populares têm um importante papel na luta pela construção de uma identidade para a escola pública que legitime os interesses dos trabalhadores, sejam eles urbanos ou do campo, considerados em seus diversos grupos.

Conforme aponta Martins (2008), os sujeitos do campo são responsáveis diretos pela construção da educação do campo, por meio de vínculos com movimentos sociais, (estejam eles ligados ou não a luta pela terra) ou com organizações de agricultores e camponeses, construindo uma identidade sociopolítica engajada na luta pelos direitos e por uma educação de qualidade.

Deste modo, na educação do campo, a escola deve estar a serviço dos trabalhadores e da comunidade, relacionando todo o processo educativo às necessidades de sua realidade, mobilizando os sujeitos para a superação dos problemas identificados, portanto, engaja-se em uma prática transformadora, libertadora, assumindo uma luta no sentido do estabelecimento de uma contra hegemonia.

Assim se faz necessário romper com práticas tradicionais cristalizadas no cotidiano escolar e construir novas identidades para as escolas do campo, para que elas assumam outros contornos e de fato sejam capazes de propiciar processos de crescimento, humanização, libertação da opressão e situação de exploração que os povos camponeses enfrentam.

De acordo com Caldart,

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo..., prestando atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade (CALDART, 2002, p.24).

Portanto, é imprescindível conhecer os sujeitos que fazem parte da comunidade e do processo educativo e possibilitar-lhes refletir e questionar as relações econômicas, culturais, sociais, de trabalho, a exclusão e marginalidade, as desigualdades, para que deixem de naturalizá-las, e, a partir do processo de humanização (seja ele em contextos formal ou informal), possibilitar que passem a compreender sua realidade e sejam capazes de participar da sua transformação.

Assim, o projeto político pedagógico que orienta as ações no âmbito escolar e expressa os anseios e finalidades a ser coletivamente atingidos por meio da prática pedagógica, configura-se em um artefato de suma importância na operação de tais transformações. O projeto político pedagógico é expressão de interesses diferentes e por vezes contrastantes, assumindo, portanto um papel político e não natural na medida em que é historicamente produzido, em contextos sociais específicos.

Para Pistrak (2012), é necessário voltar as atenções para a elaboração dos projetos político-pedagógicos das escolas do campo, com a clareza da necessidade de se pensar uma reorganização escolar e curricular que além de alterar conteúdos e métodos, promova mudanças radicais nas práticas e relações pedagógicas, de modo a constituir relações horizontais e democráticas.

De acordo com Antonio (2008), a escola tem naturalizado e reproduzido modelos curriculares estandardizados e tornado o processo de ensino e aprendizagem descontextualizado e fragmentado. Nas escolas do campo, esta situação é ainda mais grave, pois o que se naturaliza e impõe são conhecimentos, valores e significados provenientes de modelos urbanos e elitistas, que não condizem com a realidade e nem com as necessidades dos estudantes, o que contribui para a manutenção dos processos de exclusão, esvaziamento do campo e marginalização social, econômica e cultural de um grupo em detrimento a outro.

Diante disto, fica evidente a necessidade de lançar um olhar sobre o projeto político-pedagógico das escolas do campo, identificando os avanços que o debate e elaboração teórica em torno do tema têm efetivado no contexto escolar e também os desafios que se impõe para a efetivação de uma educação do campo.

O contexto pesquisado

A Escola Estadual do Campo José de Anchieta - Ensino Fundamental situa-se na Avenida XV de Novembro, nº 239, no Distrito de Nova Lourdes,

zona rural do município de São João – Paraná, pertencendo ao Núcleo Regional de Educação de Pato Branco.

O município de São João conta com uma população de 10.607 habitantes (IBGE, 2010), sendo que 6.746 residem na área urbana do município e 3.861 residem na área rural. Economicamente, o município possui uma dependência muito grande do setor primário: o setor agropecuário representa 54,8% da economia, caracterizado pela agricultura familiar, cuja produção se baseia principalmente na produção da soja (principal produto agrícola) e na pecuária (produção de leite e carne). No ano de 2011, foi implementada uma atividade industrial no município de grande impacto para a economia local, com a inauguração de um abatedouro de aves, que emprega diversas famílias do município e de cidades vizinhas. Ainda há outras indústrias de pequeno porte de móveis, confecções, cerâmica, laticínios e cabos de vassoura, que produzem em pequena escala.

O prédio escolar localiza-se a cerca de 20 km da sede do município, é construído em alvenaria, com área total de 718,69 m² e é compartilhado com a Escola Municipal do Campo Nossa Senhora de Lourdes – EIEF. Quanto às instalações físicas, a escola dispõe de: 04 salas de aula, organizadas em sala ambiente; um espaço no qual funciona a biblioteca e o laboratório de informática; sala da direção; sala dos professores, secretaria; sanitários femininos e masculinos, um banheiro para professores e funcionários e um saguão coberto.

A Escola Estadual do Campo José de Anchieta – Ensino Fundamental conta atualmente com 53 estudantes matriculados, sendo que deste total, 29 estudantes vivem no campo, 10 estudantes moram na sede do Distrito e suas famílias não vivem especificamente das atividades no campo e 14 são provenientes da sede do município, residindo, portanto, na área urbana.

Os estudantes que vivem na sede do município e em comunidades próximas do Distrito de Nova Lourdes dependem de transporte escolar para frequentar a escola.

É interessante o fato de que na escola tem ocorrido o processo inverso ao que se dá com a nuclearização da escola pública na zona urbana, uma vez que estudantes da zona urbana têm se deslocado até a escola do campo para estudar. Questionando pais e alguns estudantes, percebe-se que tal fato deve-

se a busca por uma melhor qualidade na educação, uma vez que, na escola do campo, as turmas são menores (em média 15 estudantes), e, segundo eles, muitos dos professores são os mesmos que atuam na escola urbana que oferta os anos finais do Ensino Fundamental. Outro aspecto relacionado é o estímulo de professores e Direção, que convidam estudantes da zona urbana para matricularem-se na escola, diante do reduzido número de alunos que frequentam a instituição.

A questão dos professores que atuam na escola do campo ser os mesmos que na urbana será aprofundada adiante no texto. No entanto, faz-se necessário atentar-se aqui, ao fato de que estes pais e estudantes, que vivem na zona urbana, não demonstraram, ao menos em um primeiro momento, ter conhecimento de que a escola do campo tenha uma proposta pedagógica voltada para os sujeitos do campo, já que se enfatiza que os professores são os mesmos, pode-se subentender que o modelo curricular idealizado também seja.

A maioria dos estudantes que vivem na sede do distrito provém de famílias que deixaram a atividade no campo e sobrevivem exercendo atividades como: motoristas, mecânicos, pedreiros, funcionários públicos, domésticas, peões, empregados no frigorífico na sede do município, dentre outras.

Os estudantes que vivem em comunidades nos arredores do distrito são filhos de pequenos agricultores que sobrevivem da agricultura familiar e da produção de leite, atividade que permite a subsistência de muitas famílias da comunidade.

De acordo com a pedagoga da escola, as famílias em sua maioria apresentam rendas mensais baixas, algumas recebem benefícios sociais como: Bolsa Escola; Vale Gás; Leite das Crianças; Luz Fraterna.

Os estudantes são distribuídos em 4 turmas, 6º, 7º, 8º, 9º ano do Ensino Fundamental no período da manhã, e no período da tarde participam de Atividades Curriculares Complementares, sendo elas: Centro de Línguas Estrangeiras Modernas - CELEM: Espanhol, Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo, além das atividades ofertadas pelo Programa Mais

Educação², ao qual a escola se vinculou neste ano letivo, que são: Campos do Conhecimento; Canteiros Sustentáveis, Teatro e Futsal. Deste modo, a escola tem ampliado a jornada de atendimento aos estudantes, com a oferta de atividades educativas no contra turno.

Os estudantes são orientados por um total de 23 professores, 02 pedagogas, 01 secretária, 02 merendeiras, 02 auxiliares de serviços gerais e 01 diretor. Dos professores que atuam na escola, nenhum pertence à comunidade e apenas 02 professores são “lotados” na escola, o que significa que têm seu padrão de trabalho fixo na instituição. Dos docentes que atuam na escola 10 são efetivos e 13 são profissionais contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado.

O elevado número de docentes que não pertencem ao quadro efetivo do magistério estadual explica-se, principalmente pela ausência de políticas públicas que evidenciem uma preocupação com a valorização dos docentes, bem como às poucas iniciativas na oferta de concursos públicos que promovam a efetivação destes profissionais. De acordo com Lino (2012), o professor contratado em regime “PSS” é condicionado a condições precárias de profissionalização, dentre elas, uma remuneração estagnada e menor em relação a um profissional efetivo, vínculo temporário e carga horária fragmentada, resultando numa dificuldade em estabelecer vínculos mais amplos com os contextos escolares em que atuam, desqualificação, falta de estímulo na busca de formação continuada e no desempenho das atividades docentes com autonomia.

O grande número de docentes temporários denota uma grande rotatividade de profissionais que dificulta o desenvolvimento de propostas pedagógicas para a educação do campo que contemplem o engajamento coletivo. Para Moura e Wizniewsky (2008), é imprescindível que o professor se integre à realidade local e se identifique como agente daquela comunidade, processo que ocorre a partir das vivências e condições históricas estabelecidas nas relações com esta comunidade, para que articule em sua prática as

² O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, que se configura numa ação do Governo Federal para fomentar estratégias de implantação de experiências de educação integral em jornada ampliada nas escolas públicas estaduais e municipais do país.

necessárias relações entre os saberes sistematizados e os saberes locais, considerando as especificidades do contexto em que o processo educativo se dá.

De acordo com Rodrigues (2012, p. 49),

(...) terra, território, cultura e educação são constituintes da identidade dos povos do campo. Por tal razão, a escola precisa ser do e no campo, bem como seus professores, já que normalmente o professor urbano não conhece as tensões, conflitos e problemas vivenciados pela população do campo. Por tal razão, a compreensão do vínculo entre terra, território e escola deve nortear a formação de educadores do campo.

Ainda de acordo com estes autores, são inúmeros os desafios a serem enfrentados pelo educador urbano que assume seu papel na educação do campo, desse modo, seria de grande valia que o professor tivesse uma proximidade com o contexto escolar em que está inserido e, de certo modo, considera-se que a fixação do padrão destes profissionais na instituição é um passo para alcançar isso.

O projeto político pedagógico como elemento articulador de uma proposta de Educação do Campo

Ao pensarmos em um processo de construção de uma identidade para uma escola do campo, não se pode deixar de lado o documento orientador de toda a ação educativa, o projeto político-pedagógico.

Para Zanette (2003, p. 11)

A necessidade do projeto político-pedagógico numa instituição educacional antecede a qualquer exigência legal ou decisão política, embora tal decisão seja ponto crucial para a sua efetiva realização. Ela advém da própria dinâmica ou movimento inerente à busca incessante da melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista a formação do ser humano para a cidadania, no contexto social vigente.

Deste modo, o projeto político pedagógico assume importância fundamental que vai além do mero cumprimento de uma obrigação burocrática, o projeto político-pedagógico ganha vida nas ações do cotidiano da escola à medida que os educadores e comunidade escolar, responsáveis tanto por sua elaboração quanto pelo seu desenvolvimento, tiverem clareza e consciência

coletiva do horizonte ou metas a serem alcançadas com suas ações pedagógicas.

O projeto político-pedagógico da Escola Estadual do Campo José de Anchieta orienta-se por uma perspectiva crítica, assumindo a Pedagogia Histórico Crítica³ como fundamentação teórica para nortear o trabalho pedagógico. A Gestão Democrática também é uma constante no projeto político pedagógico da escola, o que, de certo modo, foi evidenciado na prática, uma vez que Diretor e equipe pedagógica buscam discutir e tomar decisões envolvendo o coletivo escolar, inclusive pais. O projeto destaca que um dos grandes desafios da escola é confrontar a teoria com a prática procurando transformar a sociedade que temos em uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

De acordo com o projeto político-pedagógico da instituição:

Uma pedagogia crítica, parte do princípio de que a educação não é um ato isolado em mente, mas sim um ato social e político. As contradições existem em uma sociedade capitalista, e, para isto é necessário que os indivíduos sejam instrumentalizados através de uma educação que desenvolva o senso crítico, com uma maior conscientização da realidade social, e o estabelecimento de estratégias que conduzem a sua transformação (SÃO JOÃO, 2014, p. 24).

³ A Pedagogia Histórico Crítica surgiu no Brasil na década de 1980, tendo como principal expoente o professor Dermeval Saviani. Esta Teoria de Educação assumiu pressupostos teóricos fundamentados no materialismo histórico-dialético de perspectiva marxista, nos trabalhos da Escola de Vigotski, além de trabalhos na área da educação de Antonio Gramsci, Mario Alighiero Manacorda e Bogdan Suchodolski, (SAVIANI, 2008). Nesta perspectiva, a educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pela humanidade, e, neste sentido, a socialização dos conteúdos escolares apresenta importância fundamental, de modo a instrumentalizar as classes populares. Saviani (2008, p.9) ressalta que esta Teoria de Educação tem três tarefas: A primeira é “a identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências de transformação”. A segunda é a “conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempos escolares” e a terceira: “provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação”. Trata-se de uma teoria crítica, pois pretende a mudança da sociedade e de sua organização. Nesta perspectiva, o conhecimento é visto como uma arma, como instrumento de luta e de emancipação das classes trabalhadoras.

Tal posicionamento, se efetivado na prática, contribui para uma educação que vise à transformação da ordem social, deste modo a escola deve instituir-se como espaço social responsável pela apropriação do saber universal, socializando-o para as camadas populares, possibilitando a apropriação crítica e histórica do conhecimento, enquanto instrumento de compreensão da realidade e de atuação para a sua transformação.

No entanto, percebe-se que práticas tradicionais e que pouco contribuem para a formação da autonomia e emancipação dos estudantes persistem ainda no cotidiano da escola nas práticas pedagógicas dos docentes, no modo como o currículo é organizado e desenvolvido por meio de disciplinas isoladas, abordagens fragmentadas, a-históricas e desvinculadas de um propósito de formação do sujeito emancipado e crítico.

Dentre os objetivos elencados para orientar a prática pedagógica na instituição estão os seguintes:

Possibilitar a aprendizagem de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais; Desenvolver o conhecimento nas diversas capacidades: afetiva, físico, cognitivo, ética de relações e inclusão social; Propiciar a participação ativa dos alunos em todas as atividades; Planejar as atividades escolares em equipe, praticando os princípios da gestão democrática; Favorecer a formação de alunos líderes, empreendedores, criativos e críticos; **Adaptar o currículo das disciplinas, para que o mesmo seja condizente com a nossa realidade que é a rural** (SÃO JOÃO, 2014, p. 13- *grifos meus*).

Percebe-se que, dentre os objetivos está a adaptação curricular das disciplinas, de modo a considerar o contexto em que a escola se insere, ou seja, o trabalho e a vida no campo, o que demonstra uma preocupação em tomar como referência a cultura, os saberes, a experiência e a dinâmica do cotidiano dos povos do campo para o trabalho pedagógico.

O Decreto Presidencial N° 7352 de 04 de novembro de 2010, prevê, no Art. 2º, como princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social,

economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010, p.01).

Neste mesmo sentido, o Art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo prevê que:

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002, p. 01).

Deste modo, os marcos legais que norteiam a política de educação do campo no país apontam a fundamental importância de desenvolver uma proposta pedagógica que atenda as necessidades e especificidades do contexto escolar, com a participação efetiva da comunidade.

Assumindo a perspectiva de análise da realidade escolar, faz-se necessário apresentar os motivos que levaram a comunidade que faz parte da Escola Estadual do Campo José de Anchieta a engajar-se nas discussões sobre a Educação do Campo e lutar pela mudança da nomenclatura da escola, que até o ano de 2011 denominava-se Escola Estadual José de Anchieta – EF.

No ano de 2011, a escola enfrentou um desafio, que mobilizou a comunidade escolar: docentes, estudantes, gestores, pais de alunos e funcionários a empreender uma luta pela permanência da escola na comunidade. Neste ano, houve por parte do Governo Estadual o interesse em fechar as portas da escola, sob o argumento de haver um número muito baixo de estudantes frequentando, e centralizar o atendimento a estes estudantes em outra escola de uma comunidade vizinha. Cientes da importância da manutenção da escola para a comunidade, iniciou-se um processo de luta na

qual os fundamentos teóricos da Educação do Campo serviram como base, argumento.

Deste modo, pais, professores, funcionários procuraram o Núcleo Regional de Educação e em vários momentos justificaram a necessidade de manter a escola na comunidade. Tal processo culminou com a mudança da nomenclatura da escola para Escola do Campo, de modo a obter respaldo legal para evitar que ocorresse o seu fechamento. Assim, a referida escola foi a primeira escola do município a passar por este processo, e, diante do posicionamento ativo e comprometido da comunidade escolar, garantiu-se que a escola permanecesse em funcionamento.

A mudança de nomenclatura, que serviria como um argumento para a manutenção da escola no local, bem como o contato da comunidade escolar com as discussões sobre a Educação do Campo, especialmente os gestores e professores, possibilitaram o desencadeamento de algumas inquietações com relação às práticas educativas ali desenvolvidas. Somam-se a isso, as orientações recebidas pela SEED, para a reorganização do projeto político pedagógico da escola para atender as especificidades da educação do campo.

De acordo com a pedagoga da escola, a mudança da nomenclatura da escola foi aprovada em reunião com a comunidade escolar e registrada em ata. Após aprovação, teve sequência à reformulação do projeto político pedagógico da Escola, que seguiu as orientações provenientes da mantenedora, a Instrução Nº 007 / 2010 - SUED/SEED, que orienta os Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública do Paraná na construção do Projeto Político-Pedagógico e a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Segundo a pedagoga:

Na nossa escola o projeto político pedagógico foi construído coletivamente (professores, direção, equipe pedagógica, funcionários, pais e alunos), nele constam as concepções dando destaque para a concepção de educação do campo, que a partir de 2011, orienta a elaboração das propostas curriculares e dos planos de trabalho docente dos professores. As questões relativas à prática pedagógica da escola são discutidas coletivamente, e orienta todo planejamento, a avaliação, recuperação paralela, projetos interdisciplinares, dentre outros (Pedagoga A).

O trabalho de reestruturação do projeto político pedagógico, de acordo com a pedagoga, teve início na reunião de planejamento inicial do ano letivo, quando se decidiu que essa tarefa seria prioridade para o coletivo escolar em virtude da escola ser denominada como “Escola do Campo”, porém o Currículo e o projeto político pedagógico seguiam os parâmetros de uma escola urbana, não privilegiando tais especificidades. Nessa reunião decidiu-se que seria realizado um levantamento através de um questionário para atualizar os dados da realidade da escola e caracterizar a comunidade escolar, bem como verificar como os pais viam a escola e o que eles esperavam das práticas pedagógicas, ou seja, que deveria ser trabalhado/ensinado na mesma em relação ao campo.

O primeiro passo foi dado na reunião com os pais, quando a pedagoga explicou aos mesmos a importância e o papel do projeto político pedagógico da escola e relatou que os estudantes estariam levando um questionário, no qual deveriam responder exatamente o que esperavam da escola e apresentar outras informações referentes à família.

O questionário foi enviado a todas as famílias pelo fato da escola ser pequena e esse levantamento além de possível, mais real. Nesse foi solicitado que os pais respondessem desde o nível de escolaridade, situação econômica, cultural, participação na sociedade e projetos e práticas que gostariam de ver a escola desenvolvendo.

Já na segunda reunião com os professores, com o resultado dos questionários em mãos, o antigo projeto político pedagógico foi colocado em slides e apresentado de modo a enfatizar: “O que temos; O que queremos; O que os pais querem; O que não pode faltar; As bases legais que norteiam cada tema (avaliação, currículo, metodologias, recuperação; educação do campo)” (PEDAGOGA A).

A partir disso, foi iniciada a reescrita do projeto político pedagógico, porém, conforme a pedagoga, pela falta de disponibilidade e tempo para reunir todos os professores e demais profissionais da escola, grande parte do que foi reorganizado, foi através de um trabalho individual da pedagoga, partindo daquilo que foi levantado na comunidade e decidido nas reuniões de planejamento com os professores.

De acordo com a Pedagoga:

O PPP de uma escola na verdade nunca deve ficar acabado, pois a cada ano recebemos novos alunos, com novos sonhos, novas maneiras de aprender e temos que rever sempre nossos conceitos, ainda mais se tratando de escola do campo, em que se propõe o trabalho com as lutas do homem do campo na conquista da valorização desses povos. Penso que é muito importante construir um currículo para a escola do campo, que respeite as épocas de colheita e plantio e que valorize o aluno do campo impedindo o êxodo rural que transforma o campo cada vez mais território de idosos. O caminho ainda é longo (Pedagoga A).

Deste modo, na reorganização da proposta, professores, pais de alunos e estudantes participaram por meio do debate em reunião e da aplicação de questionários que visavam aproximar a escola à realidade do campo e as necessidades da comunidade, no entanto, o registro das informações no projeto político pedagógico ficou a cargo da pedagoga da escola, o que evidencia que a participação ainda não é efetiva, pois não há engajamento político e teórico no sentido de evidenciar diretamente os anseios das famílias com relação ao que se espera da escola.

Neste ponto é interessante ressaltar que, embora alguns pais tenham relatado ter participado ativamente no conflito pela permanência da escola na comunidade, os mesmos já não se envolveram da mesma forma na definição dos aspectos teóricos, filosóficos e sociológicos para a reorganização da proposta da escola no que diz respeito à educação do campo.

Em entrevista com professores, verificou-se que os docentes que atuam há mais tempo na escola demonstram conhecer o projeto político-pedagógico da instituição e utilizá-lo para a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular da disciplina em que atua, bem como do Plano de Trabalho Docente. Já os docentes que atuam na escola a partir deste ano letivo relataram não conhecer o projeto político-pedagógico, embora saibam da importância do mesmo no planejamento de suas práticas pedagógicas. Tal fato demonstra que a proposta da escola está parcialmente disponível aos professores.

Quanto à relação entre as práticas pedagógicas e a proposta de Educação do Campo, alguns professores, demonstraram, tanto nas entrevistas, quanto nos momentos de observação, em que discutiam a proposta curricular de atividades de contra turno, uma preocupação em relacionar as propostas à

realidade do campo, à história da comunidade, dentre outros aspectos, no entanto, o relato a seguir evidencia que os professores sentem dificuldade em relacionar suas disciplinas a proposta de educação do campo.

Ainda estamos a passos de formiguinha neste processo de articulação entre a nossa prática e o ensino do campo, sinto sim que precisa ser feito muito mais, pois o que trabalho na minha disciplina é pouquíssimo relacionado à proposta. Tento relacionar e direcionar minhas aulas, meu planejamento voltado ao ensino do campo, mas sinto-me insegura, faltam-me subsídios, pesquisas... (Professor B).

O Decreto Presidencial N° 7352, de 04 de novembro de 2010, prevê a oferta de formação inicial e continuada específica para professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo, o que, no entanto, tem ocorrido de modo pontual e esporádico. Poucos momentos de formação sobre a educação do campo foram ofertados nos dias reservados para formação continuada e, alguns professores, por iniciativa própria estão cursando especializações na área.

Verificou-se, portanto, a necessidade de ofertar momentos de estudo e discussão a respeito da Educação do Campo, suas bases legais e teóricas de modo a instrumentalizar os docentes e comunidade escolar em geral para uma participação significativa na elaboração da proposta político pedagógica da escola e na resignificação das práticas pedagógicas voltando-se às necessidades do campo.

O projeto político pedagógico da escola também prevê algumas ações, ainda no que se refere a práticas voltadas ao contexto campesino, o que demonstra a preocupação com a construção de uma identidade do campo para a escola e para a sobrevivência e permanência das famílias no campo:

No contexto atual, muitas famílias enfrentam dificuldades na agricultura e diante dessa realidade, esta escola promove algumas ações motivadoras, incentivando estas famílias a permanecerem em suas comunidades através de projetos em parceria com: EMATER, Prefeitura Municipal de São João, SENAR, IAP, Sindicatos Rurais, SEBRAE, Associação de Pequenos Produtores Rurais, APMI, Pastoral da Criança e Pastoral da Saúde (SÃO JOÃO, 2014, p. 11).

No entanto, a escola ainda enfrenta grandes desafios no que se refere à participação qualitativa da comunidade escolar na elaboração e execução do projeto político pedagógico e à mudança das práticas pedagógicas.

Considerações Finais

Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos para essas populações historicamente excluídas das políticas públicas no nosso país.

Muitas das escolas que passaram pelo processo de mudança de nomenclatura o fizeram apenas movidas pela necessidade legal de enquadrar-se nas políticas e programas voltados para o campo, mas na prática, permanecem desenvolvendo uma proposta de educação que pouco se difere da escola urbana.

Dentre os agravantes que dificultam a construção de uma identidade condizente com as especificidades das escolas do campo estão: a falta de formação, principalmente continuada, para os docentes; a ausência de mecanismos de participação efetiva da comunidade escolar, que não tem o hábito de participar de discussões pedagógicas e muitas vezes se reduz a aceitar decisões já tomadas por pequenos grupos; o não pertencimento dos professores ao local em que a escola se insere; a ausência de formação continuada sobre a temática, dentre outros.

Quanto à participação, trata-se de um processo que não ocorre de um dia para o outro. Se na comunidade não há o hábito de participar ativamente da vida escolar, mesmo que o gestor oportunize e incentive tais momentos, será necessário ir além disso e promover uma mudança no modo de conceber a escola e o papel social que ela desempenha na comunidade, na vida dos estudantes, nas famílias, o que pode ser feito na medida em que, por exemplo o currículo escolar passe a abordar necessidades e experiências do contexto em que a escola se localiza. Mais do que trazer pais e comunidade para o interior da escola, deve-se levar o estudantes para o seu exterior e aos poucos desconstruir seus muros, articulando comunidade e escola em processos de qualitativa transformação pedagógica e social.

No mesmo sentido, faz-se necessário que a mantenedora elabore programas de formação continuada direcionados aos docentes que atuam nas escolas do campo, visto que, evidenciou-se que esses momentos são pontuais

e oportunizados esporadicamente. Neste mesmo sentido, a alta rotatividade dos professores que atuam na escola e o fato de os mesmos não ter uma ligação próxima com a comunidade são agravantes que trazem entraves ao desenvolvimento de uma proposta de educação do campo que exige compromisso, e envolvimento coletivo da comunidade escolar.

Embora o projeto político da escola contemple a educação do campo, percebe-se que ainda há uma dificuldade em superar a fragmentação que, de maneira geral, existe entre teoria e prática, envolvendo coletivamente a comunidade escolar no planejamento de práticas pedagógicas voltadas para a realidade do campo e na intervenção concreta na realidade sócio-cultural de modo a educar, emancipar e promover transformações nessa realidade.

Dentre os avanços identificados na escola, destaca-se o compromisso dos gestores e alguns docentes mais integrados a dinâmica da escola que tem acompanhado tanto a luta pela permanência da instituição na comunidade quanto o processo de reorganização do projeto político pedagógico, e, que, mesmo diante das condições nem sempre favoráveis às transformações e inovações, demonstram estarem preocupados e envolvidos com a efetivação de uma proposta de educação do campo na escola.

É necessário entender o campo como um modelo de vida social contribui para a autoafirmação da identidade dos povos do campo, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos e, neste sentido, a elaboração do projeto político-pedagógico deve ser considerada para além de uma exigência legal, mas sim, como elemento fundamental para a construção de práticas educacionais em consonância com as necessidades sociais, culturais, econômicas e políticas da população do campo.

Para além do papel, o projeto político pedagógico deve ganhar vida no movimento concreto da escola, o que ainda se constitui em um desafio, especialmente para as escolas que estão iniciando a caminhada no sentido de construir uma identidade para as escolas do campo, processo que exige rompimentos, engajamento coletivo, amadurecimento e não se esgota com o findar de um ano letivo.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, C. A. O currículo e as escolas do campo: questões político-pedagógicas em superação. **Revista do Centro de Educação**. Nº. 01, vol. 33, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Fernanda/Desktop/PROJETO%20ED%20CAMPO/Revista%20do%20Centro%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20clesio.htm>>. Acesso em 21 de setembro de 2013.

ARROYO, M. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.103-116.

BRASIL. Decreto Lei Nº 7.352. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. De 04 de novembro de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEBB Nº 01. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. De 03 de abril de 2012.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: DF, 2002.

_____. Sobre Educação do Campo. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Campo. Políticas públicas: educação**. Brasília: Inkra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

SÃO JOÃO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual do Campo José de Anchieta** – Ensino Fundamental. São João, 2014.

LINO, A. V. Políticas públicas e a precarização da educação pelo contrato PSS no Paraná. **Ensino de Sociologia em Debate**. Londrina. 2 ed., vol. 1, jul-dez. 2012.

LUDKE, Menga. & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, F. J. Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo. **Revista Educação**, Santa Maria, vol. 33, n. 01. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a6.htm>>. Acesso em 19 de março de 2013.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. 128 p.

MOURA, E. A.; WIZNIEWSKY, C. R. F. Lugar, saber social e sua importância na educação do campo No município de Santa Maria, RS. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13 n. 1, p. 22-32.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

RODRIGUES, P. A. M. Por uma educação do campo que contemple as parcerias nos processos formativos e as formas identitárias dos povos do campo. **Olhar de Professor**, vol. 15, núm. 1, 2012. P. 41-56. Paraná.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica; primeiras aproximações**. 10ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.

ZANETTE, M. V. **Projeto político-pedagógico: Movimento contínuo e emancipatório**. 2003. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.